



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Núcleo de Lucas do Rio Verde

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência, efetivando a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENTE

Nome: _____,

Profissão: _____, brasileira(o),

Estado Civil: _____ () casada(o)

() viúva(o) COM união estável () viúva(o) sem união estável

() divorciada(o) COM união estável () divorciada(o) sem união estável

() solteira(o) COM união estável () solteira(o) sem união estável

CPF nº _____._____._____-_____, e **RG** nº _____ órgão expedidor_____/_____

Número de Dependentes: _____

Nome: _____ data/nascimento ____/____/____

Nome: _____ data/nascimento ____/____/____

Residência: () Financiada; () Própria; () Alugada; () Cedida; () Outros;

Endereço residencial:

Rua/Av _____ Nº _____

bairro _____ em Lucas do

Rio Verde/MT. **E-MAIL:** _____

Telefone: (____) _____ **Tel/Watsapp**(____) _____

() Trabalho/Emprego

() Atualmente desempregada(o)

Endereço profissional

Firma _____

Rua/Av _____ Nº _____

bairro _____ cidade _____/____.

Renda Mensal: R\$ _____, ____ Outros rendimentos: R\$ _____, ____

Bens: () Não Possui; () Carro; () Moto; () Casa; () Terreno;

Dados Bancários: Banco: _____ Agência: _____, Conta: _____

COMPROMETO-ME A NOTIFICAR IMEDIATAMENTE ao Núcleo da Defensoria Pública, **QUALQUER MODIFICAÇÃO DE ENDEREÇO OU DE TELEFONE**, sob pena reconhecimento de ausência de interesse no feito e, autorizando o pedido de extinção ou arquivamento da ação judicial proposta;

DECLARO que o meu rendimento mensal líquido **é inferior a TRÊS MIL E TREZENTOS REAIS (R\$ 3.300,00)**, equivalente três (03) salários mínimos e **AFIRMO** que me encontro na condição de ser ASSISTIDO do Núcleo da Defensoria Pública de Lucas do Rio Verde, **ciente** dos termos da Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso n. 90/2017-CSDP, de 03/03/2017, ao final impresso;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Núcleo de Lucas do Rio Verde

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência, efetivando a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

DECLARO ainda, para fins de direito, nos termos do §3º do artigo 99 do Código de Processo Civil que me encontro com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios conforme o artigo 98 do mesmo codex, sem prejuízo da minha subsistência ou de minha família.

Lucas do Rio Verde - MT, ____/____/2021.

ASSINATURA DO DECLARANTE

OBSERVAÇÕES:

Código de Processo Civil, art. 98 A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Código de Processo Civil, art. 99 O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Lei Complementar Estadual n. 146/03, art. 2º A Defensoria Pública é instituição essencial à atuação jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica, judicial e extrajudicial e a defesa, em todos os graus de jurisdição, aos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, e art. 1º da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

§ 1º Considera-se juridicamente necessitado o declaradamente pobre na forma da lei.

§ 2º À Defensoria Pública é conferido o direito de apurar o estado de carência dos seus assistidos.

Resolução n. 90/2017-CSDP, art. 1º - Será presumido hipossuficiente de recursos, para fins de assistência jurídica pela Defensoria Pública, aquele que comprovar renda mensal familiar líquida de até três salários mínimos.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.021, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020, art. 1º - A partir de 1º de janeiro de 2021, o salário mínimo será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).